



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025-PE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00005.20250828/0001-88

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de acessórios e equipamentos de proteção individual (EPIs), destinados aos Agentes Comunitários de Saúde, profissionais da Vigilância Sanitária e Agentes de Endemias, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Itaiçaba-Ce., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 - ASSESSÓRIOS E MATERIAL DE CONSUMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
3	PESCA-LARVA DE COR VERMELHO	30.0	Unidade	R\$ 23,08	R\$ 692,40
Especificação: PESCA LARVA COR VERMELHA, DE ARAME GALVANIZADO TAM:45CM					
4	PESCA-LARVA DE COR VERDE	30.0	Unidade	R\$ 23,08	R\$ 692,40
Especificação: PESCA LARVA COR VERDE, DE ARAME GALV. TAM:45CM					
5	PESCA-LARVA DE COR AZUL	30.0	Unidade	R\$ 22,83	R\$ 684,90
Especificação: PESCA LARVA COR AZUL, DE ARAME GALVANIZADO. TAM:45CM					
6	LÁPIS PRETO DE GRAFITE 2-HB	30.0	Caixa	R\$ 50,16	R\$ 1.504,80
Especificação: LÁPIS PRETO DE GRAFITE 2-HB, EM MADEIRA, CILÍNDRICO, COM ENVOLTÓRIO DO GRAFITE INTEIRIÇO, SEM EMENDAS, MEDINDO 7X175MM, COM MARCA DO FABRICANTE IMPRESSA NO LÁPIS. CAIXA COM 144 UNIDADES.					
7	FITA MÉTRICA 1,5M, COM ACABAMENTO EM FIBRA DE VIDRO. PONTAS FINALIZADAS EM METAL	15.0	Unidade	R\$ 12,34	R\$ 185,10
Especificação: FITA MÉTRICA 1,5M, COM ACABAMENTO EM FIBRA DE VIDRO. PONTAS FINALIZADAS EM METAL. 01 UNIDADE					
8	CAPA DE CHUVA PARA MOTOQUEIRO P, M, G, GG E XGG	150.0	Unidade	R\$ 159,32	R\$ 23.898,00
Especificação: CAPA DE CHUVA PARA MOTOQUEIRO P, M, G, GG E XGG. Produto com C.A. Produzida em PVC. Kit composto por calça e jaqueta com capuz. Jaqueta com fechamento através de zíper e velcro recobertos por uma lapela de drenagem, Gola alta, Regulador nos punhos, Refletivo na frente e nas costas. Calça com elástico na cintura e regulador em velcro na bainha.					
9	BACIA PLASTICA (300 ML) COR AZUL	10.0	Unidade	R\$ 4,63	R\$ 46,30
Especificação: Bacia plástica multiuso 300 ml na cor azul.					
10	PIPETA TIPO CONTA GOTAS PLASTICA 3 ML	500.0	Unidade	R\$ 2,50	R\$ 1.250,00
Especificação: PIPETA TIPO CONTA GOTAS PLASTICA 3 ML					



11	CINTO DE NYLON DE COR VERDE P, M, G, GG E XGG	65.0	Unidade	R\$ 27,66	R\$ 1.797,90
Especificação: CINTO DE NYLON DE COR VERDE P, M, G, GG E XGG					
12	FOCINHEIRA EM PVC Nº 5	5.0	Unidade	R\$ 12,96	R\$ 64,80
Especificação: Focinheira PVC com Velcro Nº 5, Possui ajuste; Resistente; Indispensável para o passeio.					
13	FOCINHEIRA EM PVC Nº 3	5.0	Unidade	R\$ 16,15	R\$ 80,75
Especificação: Focinheira PVC com Velcro Nº 3, Possui ajuste; Resistente; Indispensável para o passeio.					
14	FOCINHEIRA EM PVC Nº 1	5.0	Unidade	R\$ 13,71	R\$ 68,55
Especificação: Focinheira PVC com Velcro, Possui ajuste; Resistente; Indispensável para o passeio.					
15	Luvas	20.0	Par	R\$ 22,30	R\$ 446,00
Especificação: LUVAS INDUSTRIAL, MATERIAL RASPA DE COURO, REVESTIMENTO INTERNO SEM FORRO, TAMANHO ÚNICO, TAMANHO CANO LONGO					
16	BANDEIRA AMARELA PADRÃO DA FUNASA	30.0	Unidade	R\$ 30,50	R\$ 915,00
Especificação: 01 bandeira sinalizadora na cor amarela com tamanho 25 x 35 cm com cabo de madeira de 32 cm					
17	BOLSA CONFECCIONADA PADRÃO FUNASA EM TECIDO DE LONA Nº10	30.0	Unidade	R\$ 116,14	R\$ 3.484,20
Especificação: BOLSA CONFECCIONADA PADRÃO FUNASA EM TECIDO DE LONA Nº10, 100% ALGODÃO NA COR AMARELA A TIRACOLO REGULÁVEL NA ALTURA. DIMENSÕES DE 31CM DE ALTURA COM A ABA FECHADA, 20CM DE FUNDO, COM FOLAS LATERAIS, 03 DIVISÕES INTERNAS, COSTURAS COM REFORÇO. ABA DE FECHAMENTO: FORMADA POR PROLONGAMENTO DA PARTE SUPERIOR COM DOBRAS EM CADARÇO POLIPROPILENO, LARGURA DE 50MM, COM FIVELA DE FERRO. COM BOLSO NA ABA SUPERIOR DA BOLSA, SOB A ABA DE FECHAMENTO. COMPOSTA AINDA DE 02 DIVISÓRIAS SANFONADAS EM CADA LATERAL PARA COMPORTAR DOSADORES. BOLSA COM VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE DE CAMPO NA PARTE FRONTAL E COM LOGOMARCA DA PREFEITURA DE SENADOR POMPEU PINTADA NA ABA COM A INSCRIÇÃO SUPERIOR EM ARCO: "SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE" E INSCRIÇÃO INFERIOR EM "U": "AGENTE DE ENDEMIAS, COM TRATAMENTO IMPERMEÁVEL.					
18	LANTERNA LED, RECARREGÁVEL BILVOLT 3W	30.0	Unidade	R\$ 57,78	R\$ 1.733,40
Especificação: Características especiais: Elevada potência, Leve, Longo alcance, Modos de luz ajustável, Recarregável Cor: Preto Fonte de alimentação: Bateria Recarregável USB Tipo de fonte de luz: LED MaterialPlástico: ABS					
19	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL CAP. 20L	5.0	Unidade	R\$ 421,29	R\$ 2.106,45
Especificação: PULVERIZADOR COSTAL MANUAL CAP. 20L - CÂMARA METÁLICA: GRANDE DURABILIDADE É ALTAMENTE RESISTENTE CONTRA AS MISTURAS QUÍMICAS QUE PODEM CAUSAR A CORROSÃO DA PARTE INTERNA DO EQUIPAMENTO. COM 600 ML NO VOLUME DA CÂMARA, A BOMBA PERMITE TRABALHO COM PRESSÃO DE 100 PSI (6.9 BAR) COM O BICO JD 12 (CONE VAZIO). - TANQUE: COM CAPACIDADE PARA ATÉ 20 LITROS - BOCAL DE ABASTECIMENTO: COM 140 MM DE DIÂMETRO.					
20	CAIXA TÉRMICA DE PLÁSTICO COM TERMÔMETRO DIGITAL PARA VACINAÇÃO, CAPACIDADE 12 LITROS	10.0	Unidade	R\$ 104,97	R\$ 1.049,70
Especificação: CAIXA TÉRMICA DE PLÁSTICO COM TERMÔMETRO DIGITAL PARA VACINAÇÃO, CAPACIDADE 12 LITROS.					
21	LIXA DE MADEIRA Nº 100 OU 80	50.0	Unidade	R\$ 2,13	R\$ 106,50
Especificação: LIXA DE MADEIRA Nº 100 OU 80. Aplicação: Ideal para lixamento de madeira, proporcionando uma superfície suave e bem acabada					
22	ESPELHO DE BOLSO COM MOLDURA EM PLÁSTICO	30.0	Unidade	R\$ 4,10	R\$ 123,00
Especificação: Espelho pequeno tipo estojo abre e fecha de bolso c/ moldura em plástico.					
23	LÁPIS DE CERA DE COR PRETA CAIXA COM 12 UNIDADES	15.0	Unidade	R\$ 30,94	R\$ 464,10
Especificação: LÁPIS DE CERA DE COR PRETA CAIXA COM 12 UNIDADES					
24	BACIA PLASTICA (300ML) COR VERDE	10.0	Unidade	R\$ 5,31	R\$ 53,10
Especificação: BACIA PLASTICA (300ML) COR VERDE					
25	BACIA PLASTICA (300ML) COR VERMELHA	10.0	Unidade	R\$ 5,58	R\$ 55,80
Especificação: BACIA PLASTICA (300ML) COR VERMELHA					



26	TUBETES DE VIDRO PARA ARMAZENAMENTO DE LARVAS COM TAMPA 12X75	300.0	Unidade	R\$ 3,53	R\$ 1.059,00
Especificação: TUBETES DE VIDRO PARA ARMAZENAMENTO DE LARVAS COM TAMPA 12X75. 01 UNIDADE					
30	Bloqueador Solar FPS 30	480.0	Unidade	R\$ 26,48	R\$ 12.710,40
Especificação: Bloqueador Solar FPS 30 120 ML					
31	Mochila unissex	80.0	Unidade	R\$ 129,22	R\$ 10.337,60
Especificação: MOCHILA MASCULINA, FEMININO EM COURO – EXECUTIVA EM POLIURETANO SINTÉTICO PARA NOTEBOOK ULTRA RESISTENTE MATERIAL IMPERMEÁVEL.					
32	CAIXA TÉRMICA DE PLÁSTICO COM TERMÔMETRO DIGITAL PARA VACINAÇÃO, CAPACIDADE 12 LITROS	20.0	Unidade	R\$ 557,50	R\$ 11.150,00
Especificação: CAIXA TÉRMICA DE PLÁSTICO COM TERMÔMETRO DIGITAL PARA VACINAÇÃO, CAPACIDADE 12 LITROS					
33	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL	30.0	Unidade	R\$ 74,44	R\$ 2.233,20
Especificação: OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL. Visor em tecnologia led de alto contraste, facilitando a visualização dos resultados; informa saturação (spo2) e frequência cardíaca Capa protetora em silicone e estojo para armazenamento 1 ano de garantia Esse produto requer 2 pilhas/baterias do tipo aaa					
34	GLICOSÍMETRO	30.0	Unidade	R\$ 96,36	R\$ 2.890,80
Especificação: O Medidor de Glicose traz para o mercado brasileiro o que há de mais moderno para controle da glicose no sangue. Com design diferenciado e moderno, o aparelho é altamente portátil, oferece um amplo display que facilita a leitura e o torna ainda mais atraente. KIT COMPOSTO POR: 01 medidor de glicose, 01 caneta lancetadora, 60 tiras de teste, 110 lancetas, 02 baterias de lítio de 3V (CR2032) 01 estojo para transporte 01 manual de instruções 01 guia rápido.					
Valor total do lote R\$ 81.884,15 (oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos)					

LOTE 02 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	Balança Corporal Digital Glass 11 Vidro Até 180 Kg	30.0	Unidade	R\$ 128,50	R\$ 3.855,00
Especificação: Balança digital com capacidade de até 180 kg, ideal para monitoramento preciso do peso corporal; Plataforma de vidro elegante e resistente, proporcionando um design moderno ; Display digital de fácil leitura, oferecendo medições claras e precisas do seu peso.					
2	Aparelho Medidor De Pressão De Braço Digital Elétrico	30.0	Unidade	R\$ 296,40	R\$ 8.892,00
Especificação: Aparelho Medidor De Pressão De Braço Digital Elétrico. Medidor de pressão digital para uso doméstico, com braçadeira para circunferência de braço de 22 a 43 cm Acompanha estojo de nylon, fonte adaptador bivolt e 4 pilhas AAA para uso portátil ou conectado à energia Inclui manual de instruções em português e vem na caixa original do produto					
27	BALANÇA PEDIÁTRICA TIPO MOLA	60.0	Unidade	R\$ 288,33	R\$ 17.299,80
Especificação: - Fabricação em tubo de alumínio quadrado de uma polegada. - Capacidade máxima: 25 Kg					
28	ESCADA EXTENSIVA DUPLA 6 DEGRAUS DE ALUMÍNIO	10.0	Unidade	R\$ 711,75	R\$ 7.117,50
Especificação: Escada Extensiva 6x2 Degraus em Alumínio					
29	ESCADA DE ALUMÍNIO DUPLA 8 DEGRAUS TAMANHO 4,5 METROS	5.0	Unidade	R\$ 979,67	R\$ 4.898,35
Especificação: Escada De Alumínio Dupla 8 Degraus Residencial Multiuso					
Valor total do lote R\$ 42.062,65 (quarenta e dois mil e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)					

Valor total R\$ 123.946,80 (cento e vinte e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.



1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 123.946,80 (cento e vinte e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: AVENIDA CEL JOAO CORREIA, 298, CENTRO, Itaiçaba / CE.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).



6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de



Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.



7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Habilitação Jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) com o QSA atualizado;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, em caso de pessoa jurídica apresentar para empresa e para os sócios;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em caso de pessoa jurídica apresentar para empresa e para os sócios;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, em caso de pessoa jurídica apresentar para empresa e para os sócios;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, quais sejam 2023 e 2024, comprovando;

8.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$;

e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$.;

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



8.22. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.24.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

8.25. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, dos 02(dois) últimos anos, deverão ser credenciados por profissional habilitado da área contábil, demonstrando para isso:

- a. Certidão de Habilitação Profissional do Contador emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade em plena validade.

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, acompanhado(s) de seu(s) respectivo(s) contrato(s) e de sua(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(ais).

8.27. A(s) Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28. Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados; c.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.28.3. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.28.4. A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e



8.28.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Pré-habilitação

Garantia de Participação-Manutenção da Proposta

8.29. Como condição de participação nesta licitação, nos termos do art. 58 da Lei n.º 14.133/2021, será exigida a prestação de garantia de proposta no valor de R\$ 1.239,46 (hum mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos), correspondente a 1,00% do valor total estimado para a contratação, conforme este Termo de Referência.

8.30. A garantia de participação tem por objetivo assegurar a manutenção da proposta apresentada pelo licitante até a assinatura do contrato, conforme previsto na legislação vigente.

8.31. A garantia poderá ser prestada, à escolha do licitante, por qualquer das seguintes modalidades:

8.31.1. CAUÇÃO EM DINHEIRO OU EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, no caso de garantia em dinheiro, a licitante deverá efetuar depósito ou transferência bancária na conta a ser indicada pela Secretaria de Finanças do Município;

8.31.1.1. Ao optar por caução em dinheiro, os interessados deverão realizar depósito bancário em conta específica da Prefeitura Municipal de Itaiçaba: Banco do Brasil S.A., Agência 0121-X; Conta: 106.943-8.

8.31.2. SEGURO-GARANTIA - Através de Apólice original, fornecida por instituição financeira estabelecida no nosso Território Nacional com autorização pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP (TCU, Acórdão nº 498/2011, Plenário), contendo a identificação dessa municipalidade, a modalidade e o número do processo, e ainda, compreendendo a validade mínima de 60 (sessenta) dias. A validação do seguro garantia deverá conter data e horário da emissão, caso não tenha como ser conferido data e horário de emissão, o licitante deverá apresentar comprovante de pagamento do seguro;

8.31.3. FIANÇA BANCÁRIA - Através de Fiança original, fornecida por instituição financeira estabelecida no nosso Território Nacional com autorização pelo Banco Central do Brasil (Lei nº 4.595/64 e da Resolução CMN no 2.325/96), (TCU, Acórdão nº 498/2011, Plenário), contendo a identificação dessa municipalidade, a modalidade e o número do processo, e ainda, compreendendo a validade mínima de 60 (sessenta) dias;

8.31.4. TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei no 14.770, de 2023).



8.32. A garantia de participação deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da sessão pública, prorrogável por igual período no caso de prorrogação da validade da proposta.

8.33. A não apresentação da garantia de participação no prazo e forma estabelecidos será causa para desclassificação do licitante.

8.34. A garantia de participação será devolvida:

8.34.1. Aos licitantes não classificados, após a fase de habilitação;

8.34.2. Aos demais licitantes, após a assinatura do contrato pelo vencedor;

8.34.3. Ao licitante vencedor, após a prestação da garantia contratual, se exigida, ou após a assinatura do contrato, caso dispensada.

8.35. A garantia de participação será retida em favor da Administração Pública nos seguintes casos:

8.35.1. Retirada da proposta dentro do prazo de validade;

8.35.2. Não assinatura do contrato ou não cumprimento de qualquer exigência do edital como condição para a assinatura;

8.35.3. Prática de atos ilícitos durante o certame, inclusive fraude na apresentação de documentos.

8.36. As condições e os documentos comprobatórios da prestação da garantia deverão ser apresentados como anexo junto à proposta inicial na plataforma.

8.37. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 0501.10.301.0400.2.024 - Atenção Primária em Saúde CUSTEIO, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903000 - Material de Consumo; 0501.10.305.0402.2.029 - Manut.do Prog.de Combate a endemias e epidemias, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903000 - Material de Consumo; 0501.10.301.0400.2.024 - Atenção Primária em Saúde CUSTEIO, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905200 - Equipamentos e Material Permanente; 0501.10.305.0402.2.029 - Manut.do Prog.de Combate a endemias e epidemias, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905200 - Equipamentos e Material Permanente;

.

9.2. Nas seguintes fontes de recursos:

SAÚDE

0501.10.301.0400.2.024-Atenção Primária em Saúde CUSTEIO, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903000 – Material de Consumo e 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente, na fonte de



recursos 1.600.0000.00 Transf. Fundo a Fundo de Recus. do SUS do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações;

0501. 10.305.0402.2.029-Manut.do Prog.de Combate a endemias e epidemias, no(s)elemento(s) de despesa(s): 33903000 – Material de Consumo e 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente, na fonte de recursos 1.500.1002.00 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde;

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Itaiçaba/CE, 23 de outubro de 2025